

Indústria Brasileira: Oportunidades e Desafios

Após uma década de mudanças tecnológicas e institucionais que transformaram o modelo de crescimento e abriram a indústria brasileira à competição internacional, a discussão sobre os rumos do desenvolvimento industrial ganha crescente importância no debate econômico do Brasil. O convite do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, em conjunto com a Confederação Nacional da Indústria, para editar uma coletânea de artigos inéditos sobre o tema, abre uma excelente oportunidade de reflexão e análise dos diferentes enfoques e perspectivas da indústria brasileira neste início do século XXI.

Este número especial da Revista de Economia Contemporânea reúne artigos encomendados a especialistas em indústria, comércio exterior e mudança tecnológica. Apesar dos autores serem professores do Instituto de Economia da UFRJ, os artigos revelam visões diferenciadas, refletindo a heterogeneidade de pensamento da instituição. Os artigos foram submetidos a pareceristas externos e internos, visando assegurar a qualidade acadêmica. Os temas abordados refletem enfoques complementares, capazes de focalizar três aspectos fundamentais do processo do desenvolvimento industrial, ou seja, os aspectos econômicos, tecnológicos e sociais. Os artigos se baseiam em evidências empíricas sobre indicadores de esforço e desempenho do setor industrial e revelam conhecimentos e metodologias consistentes, desenvolvidas a partir da ampla experiência dos autores em seus respectivos temas.

Do ponto de vista econômico, os artigos analisam a indústria de quatro óticas diferentes: a competitividade internacional; o padrão de financiamento dos investimentos; o processo de concentração através de fusões e aquisições; e as tendências da regulação da atividade econômica.

O primeiro tema é abordado por Reinaldo Gonçalves que discute a hipótese de inserção regressiva do Brasil no sistema mundial de comércio. Tal hipótese estaria sendo comprovada tanto pela perda de competitividade internacional da indústria brasileira, quanto pela reprimarização da pauta exportadora. O autor argumenta que a inserção regressiva do Brasil não foi maior devido ao Mercosul e que o fraco desempenho internacional da indústria brasileira se deve principalmente às condições desfavoráveis de evolução da oferta.

A questão do padrão de financiamento do crescimento industrial é discutida por Maurício Mesquita Moreira e Fernando Pimentel Puga. O artigo analisa, com base nos dados do imposto de renda pessoa jurídica de mais de 4 mil empresas industriais, as fontes de financiamento de seu crescimento, segundo a origem da propriedade, tamanho e setor. O padrão de financiamento é comparado ao de outros países procurando identificar as implicações para o crescimento e desenvolvimento do Brasil. Os autores verificaram que o Brasil caminha para um padrão de financiamento *market-based* que, aliado a outras evidências, sugerem um quadro de estrangulamento financeiro ao crescimento. Os limitados recursos internos das firmas, diante do escasso desenvolvimento do mercado de capitais e do pequeno porte das empresas, dificultam investimentos mais ambiciosos em expansão da capacidade e em desenvolvimento tecnológico. Entretanto os autores são cautelosos em suas conclusões, ressaltando que qualquer afirmação mais categórica depende de novas pesquisas que consigam combinar a utilização de amostras abrangentes, por períodos suficientemente longos de tempo, com uma metodologia especialmente desenhada para medir o grau efetivo da restrição financeira ao crescimento.

O tema da estrutura industrial é discutido sob três enfoques diferentes. Frederico Rocha, Mariana Looty e João Carlos Ferraz analisam os efeitos do processo de fusões e aquisições sobre o desempenho das empresas industriais no Brasil ao longo da década de noventa. O artigo mostra que, passados dois anos de sua aquisição, não houve para as empresas adquiridas um aumento da rentabilidade, ganhos de mercado ou mudanças no perfil dos investimentos. As empresas privatizadas são as únicas em que a rentabilidade se altera significativamente. Após a privatização passaram também a apresentar rentabilidade significativamente superior à média das empresas no Brasil. Outra constatação é que não se encontra diferença no comportamento das empresas adquiridas por compradores nacionais ou estrangeiros. Os autores concluem que o processo de fusões e aquisições não altera substancialmente o cenário de crescimento da indústria brasileira.

Outro corte analítico dentro deste tema é o estudo do espaço mesoeconômico dos arranjos e sistemas produtivos locais. José Cassiolato e Helena Lastres argumentam que a para entender a dinâmica das empresas individuais é necessário focalizar as formas de interação entre diferentes atores relevantes, tanto no que se refere ao processo produtivo quanto ao inovativo. Com base em estudos de casos realizados em países do Mercosul, eles concluem que os arranjos apresentam desempenho muito diferenciado, sugerindo que a política industrial e tecnológica brasileira deveria se concentrar nas especificidades locais.

O terceiro artigo sobre a estrutura industrial aborda as perspectivas de crescimento das micro, pequenas e médias empresas no Brasil. Renata La Rovere destaca a dificuldade em definir e implementar políticas de apoio a PME, diante da heterogeneidade que caracteriza este segmento, sugerindo uma mudança de foco das políticas atuais, no sentido de estimular a formação e consolidação de redes. Ao apoiar alianças entre empresas, ao invés de empresas individualmente, a política industrial estaria promovendo o aprendizado coletivo e a formação de economias externas em regiões e cadeias produtivas específicas.

Outro tema de grande relevância para a indústria é o estudo das tendências da regulação econômica. Ronaldo Fiani analisa o caso brasileiro através de uma cuidadosa reflexão sobre o debate internacional. A opção específica pelas concessões de serviços públicos e pela separação de estruturas anteriormente geridas verticalmente, colocou novos problemas para a preservação da concorrência no país. O autor constata que os contratos de concessão são instrumentos limitados para induzir a competição nos serviços de utilidade pública, e argumenta pela necessidade do órgão regulador exigir padrões de qualidade e definir fatores de correção do preço-teto.

Mudando o foco para a análise das estratégias tecnológicas da indústria brasileira, Fabio Erber discute o “padrão” de desenvolvimento industrial configurando ao longo da última década. Isso inclui a identificação de uma trajetória na evolução de características estruturais da indústria (peso relativo dos setores e dos atores econômicos, abertura ao exterior), bem como na evolução de variáveis de comportamento econômico (investimento privado e políticas públicas) e de resultados (crescimento do produto, emprego e produtividade). Ele argumenta que os objetivos e a intensidade de recursos dedicados pelas empresas industriais ao desenvolvimento tecnológico é, em larga medida, definido pelo “padrão industrial”.

A questão social na indústria é tratada em dois estudos, um sobre emprego e o outro sobre meio ambiente. A análise da indústria sob estas óticas vem se tornando cada vez

mais necessária, na medida que entraram para a agenda dos programas de integração econômica internacional. Organismos internacionais vem insistindo na questão do *dumping* trabalhista e ambiental na pauta do processo de integração econômica. Ao mesmo tempo, a criação de empregos mais qualificados e a preservação do meio ambiente são objetivos legítimos da política industrial em todo o mundo.

Nos últimos anos, a indústria foi o setor econômico mais atingido pela redução do nível de emprego no Brasil. João Sabóia, apoiado em estatísticas recentes, argumenta que a evolução do emprego no futuro próximo vai depender do tipo de indústria que prevalecerá no país daqui para a frente, além do ritmo de crescimento da economia brasileira. Ele analisa a relação entre o processo de abertura da economia, seus efeitos sobre a modernização da indústria e as mudanças ocorridas no emprego. A discussão é ilustrada pela classificação dos empregos em seis grupos, segundo a ocupação, escolaridade e rendimento dos trabalhadores, e mostrando sua evolução na década. Por fim, ele apresenta duas alternativas possíveis que se abrem ao país em termos de desenvolvimento industrial e suas conseqüências sobre as perspectivas do emprego no futuro próximo.

Do ponto de vista ambiental, uma discussão recorrente nos países em desenvolvimento é o de que gastos ambientais reduzem a competitividade dos produtos nacionais frente aos originários de países onde tais controles são inexistentes. Sob este ponto de vista, poluir seria inevitável para garantir o crescimento industrial e, conseqüentemente, o desenvolvimento econômico.

Young e Lustosa discutem este tema apresentando uma nova perspectiva que associa melhoria ambiental a ganhos de competitividade. Eles mostram que as empresas brasileiras com melhor inserção internacional são aquelas que mais se preocupam com a questão ambiental.

A leitura destes artigos revela um quadro de transformações, em todos os níveis, cujos impactos precisam ser amplamente estudados. Eles tem em comum a percepção de que o desempenho do país em termos de crescimento industrial, exportações, garantia da concorrência e geração de emprego e tecnologia depende de ações consistentes e realistas de políticas públicas e empresariais e não de uma inserção meramente passiva do Brasil na divisão internacional do trabalho. Este número especial é uma contribuição importante para o entendimento das complexas questões que envolvem o desenvolvimento industrial. Agradeço aos autores, conselho editorial e demais colaboradores que tornaram este projeto possível.

Paulo Bastos Tigre,
Editor do número especial.